A ALIENAÇÃO PARENTAL COMO CAUSA PARA A PERDA DA GUARDA

Daniela Drey Rebelo¹
Geovana da Conceição²

SUMÁRIO

Introdução. 1 Da Guarda 1.1 Conceito e modalidades.1.2 Finalidade e características da guarda. 2 Da Alienação Parental. 2.1 O que é a síndrome da alienação parental? 2.2 Caracterização da Síndrome da Alienação Parental. 2.3 Perfil do genitor Alienador. 2.4 Penalidades aplicadas ao alienador de acordo com a Lei nº 12.318/2010. 2.5 A possibilidade ou não da inversão da guarda tendo como causa exclusiva a alienação parental. 3 Considerações finais. 4 Referências.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo o estudo da alienação parental como causa para a perda da guarda. Far-se-á, para tanto, na presente pesquisa, uma breve explanação quanto ao conceito de guarda e suas modalidades, destacando as diferenciações entre guarda unilateral e compartilhada. A pesquisa destacará os atos que pressupõem a alienação parental, bem como o perfil do alienador e as penalidades insculpidas na lei 12.318/2010. Para finalizar, demonstrar-se-á a partir da coleta bibliográfica, que os atos de alienação parental poderão ensejar a alteração da guarda, inicialmente para uma guarda compartilhada ou, em não sendo possível esta modalidade, a fixação da guarda unilateral ao outro genitor. A presente pesquisa utilizou o método indutivo, baseando-se na técnica da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Guarda. Perda da Guarda. Alienação Parental.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de estudo a análise das penalidades insculpidas na Lei nº 12.318/2010, em especial no tocante a perda da guarda, propondo assim, uma discussão quando a aplicação de tais medidas no interesse e bem estar da criança.

¹ Acadêmica do 9º período do Curso de Direito de Balneário Camboriú Centro de Ciências Sociais e Jurídicas CCSJ da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: danieladrebelo@hotmail.com

² Advogada militante na Comarca de Itajaí e professora do Curso de Direito da Universidade do Vale de Itajaí de Balneário Camboriú e Itajaí. Especialista em Direito Processual Civil e Mestranda do Curso de Mestrado de Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI. E-mail: geovanaadv@brturbo.com.br

A problemática central que originou o interesse pelo tema, se deu a partir do seguinte questionamento: Os atos de alienação parental, quando caracterizados, são motivos suficientes para a perda da guarda dos filhos?

Diante deste questionamento, tem o presente artigo científico como objetivo o estudo da alienação parental e suas penalidades previstas na Lei nº 12.318/2010 como causa para a perda da guarda dos filhos.

A escolha do tema está fundamentada na relevância que a matéria representa para a sociedade, e tem como intuito, também, destacar os avanços da legislação no combate a prática da alienação parental.

Para tanto, destacar-se-á na presente pesquisa a diferenciação das modalidades de guarda e suas conceituações, bem como descrever-se-á os atos do alienante que caracterizam a síndrome da alienação parental.

Destacar-se-á, ainda no decorrer do trabalho o perfil do genitor alienador e quais as penalidades a este impostas, tendo como consequência final a perda da guarda dos filhos, quando efetivamente comprovados os atos de alienação.

Abordar-se-á por fim o posicionamento doutrinário quanto a possibilidade da perda da guarda dos filhos, quando caracterizados os atos de alienação parental. Demonstrar-se-á, todavia, as dificuldades na comprovação e/ou caracterização da alienação parental, bem como nas barreiras encontradas no poder judiciário para a aplicação das penalidades.

Tendo como linha de pesquisa o Direito Civil, o método utilizado para o seu desenvolvimento será o indutivo, tanto para investigação como para o relato. Serão acionadas, outrossim, as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais e da pesquisa bibliográfica³.

1 GUARDA

1.1 Conceito e modalidades

A guarda tratada na presente pesquisa, se refere ao instituto discutido no âmbito do poder familiar, o qual visa a proteção e cuidado aos filhos, não

³PASOLD, C. L. **Prática da Pesquisa Jurídica** – idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. 9. ed. Florianópolis: OAB/SC, 2005, p. 43.

abrangendo, todavia, os casos descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente, como colocação em família substituta.

Quanto à conceituação de guarda, importante consignar o entendimento de Ana Maria Milano, destacado por Guilherme Gonçalves Strenger⁴:

Guarda de filhos é o poder-dever submetido a um regime jurídico legal, de modo a facilitar a quem de direito, prerrogativas para o exercício da proteção e amparo daquele que a lei considerar nessa condição. Leva-nos à crença de que a guarda não só é um poder pela similitude que contém com a autoridade parental, com todas as vertentes jurídicas, como é um dever, visto que decorre de impositivos legais, inclusive com natureza de ordem pública, razão pela qual se pode conceber esse exercício como um poder-dever.

Inicia-se assim, abordando o tema “guarda” como um poder-dever decorrente do poder familiar, uma vez que incumbe aos pais o dever de assistir os filhos menores, seres em desenvolvimento físico e mental, devendo reger o comportamento destes e quando necessário, impondo limites.

Acerca da matéria, importante também se faz, destacar as lições de Maria Helena Diniz⁵:

[...] este direito de guarda é, concomitantemente, um poder-dever dos titulares do poder familiar. Dever porque aos pais, a quem cabe criar, incumbe guardar. Constitui um direito, ou melhor, um poder porque os pais podem reter os filhos no lar, conservando-os junto a si, regendo seu comportamento em relações com terceiros, proibindo sua convivência com certas pessoas ou sua frequência a determinados lugares, por julgar inconveniente aos interesses dos menores. [...] O direito de guarda abrange, necessariamente, o de vigilância, que torna efetivo o poder de dirigir a formação moral do menor.

Discutir a guarda dos filhos menores pressupõe a separação dos pais, que, mesmo diante do rompimento do vínculo familiar, não comprometerá a continuidade de convivência com os filhos com ambos os genitores.⁶

Na separação dos pais não se discute mais a culpa, não sendo mais utilizada como referência também para a fixação da guarda, não havendo sentido

⁴STRENGER, Guilherme Gonçalves *apud* SILVA, Ana Maria Milado. **Guarda compartilhada**. 2. ed. São Paulo: Editora de Direito, 2006. p. 43.

⁵DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v. 5 – Direito de Família. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 594-595.

⁶DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 440.

ser fixada a guarda ao cônjuge inocente ao fim do enlace conjugal, uma vez que o que o objetivo é tão somente a preservação dos interesses da criança ou do adolescente, pouco importando quem fora o culpado pela separação ou divórcio.⁷

Sobre a aferição da culpa nas disputas de guarda, importante destacar os ensinamentos de Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano⁸:

Se não há razão fundada no resguardo do interesse existencial da criança ou do adolescente, o cônjuge que apresentar melhores condições morais e psicológicas poderá deter a sua guarda, independentemente da aferição da culpa no fim da relação conjugal.

Quando o vínculo matrimonial se desfaz, a maior preocupação deverá ser com os filhos menores, pois ficam inseguros com o divórcio, uma vez que são mais vulneráveis aos percalços do processo, precisando de atenção e consideração mais do que nunca. Os pais, portanto, devem ser sensíveis ao extremo para tratar com as mudanças que a dissolução conjugal aos filhos, mesmo que já adolescentes.⁹

Desta forma, o rompimento do vínculo conjugal não importa em rompimento da convivência entre pais e filhos, pois a unidade familiar continua existindo, mesmo depois da separação, é um elo que se perpetua, a bem do interesse dos filhos.¹⁰

Embora não haja o rompimento da convivência após a separação dos pais, há, sem dúvida, a fragmentação de um dos componentes da autoridade parental, já que, em regra, o filho fica sob a guarda de um dos genitores, sendo, ao outro, assegurado o direito de visitas.

A legislação civil atual assegura a ambos os genitores a responsabilidade conjunta no exercício dos direitos e deveres decorrentes do poder familiar.

Neste sentido esclarece Maria Berenice Dias¹¹ que:

Assim, em boa hora veio a nova normatização legal, que assegura a ambos os genitores a responsabilidade conjunta e o exercício de direitos e deveres concernentes ao poder familiar (CC. 1583, § 1.º). Não mais se limita o não guardião a fiscalizar a manutenção e

⁷FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil** – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 596.

⁸FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil** – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 596.

⁹COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, v. 5. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva, 2011. p. 117.

¹⁰DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 440.

¹¹DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 441.

educação do filho quando na guarda do outro (CC 1.589). Ambos os pais persistem com todo o complexo de deveres que decorrem do poder familiar, sujeitando-se à pena de multa se agirem dolosa ou culposamente (ECA 249)

Implicitamente, a guarda é conjunta, individualizando-se apenas quando há a separação do casal, podendo, todavia, ser deferida para outra pessoa que não seja os pais, preferencialmente membro da família, que tenha grau de afinidade e afetividade com os menores.¹²

No que diz respeito as modalidades de guarda existentes no ordenamento jurídico brasileiro, destacam-se a guarda unilateral e a guarda compartilhada, conforme o contido no artigo 1.583 do Código Civil¹³ que assim dispõe:

Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada.

§ 1º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5o) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

Embora prevista no Código Civil, a guarda unilateral deverá ser fixada somente após esgotadas as tentativas de implementação da guarda compartilhada, pois preferência se dá para esta modalidade, por atender melhor os interesses do menor.¹⁴

Na modalidade de guarda unilateral, um dos pais detém a guarda exclusiva do filho, enquanto ao outro cabe o direito de visitas a ser estabelecido entre os genitores ou pelo juiz, cabendo ao pai não guardião, o direito de supervisionar os interesses do filho.

Acerca da guarda unilateral, leciona Fábio Ulhoa Coelho¹⁵:

O filho fica com um dos pais, enquanto ao outro se concede o direito de visitas (CC, art. 1.589) e o dever de supervisionar os interesses do filho (art. 1.583, § 3º). Nesta espécie, o filho mora com o ascendente titular da guarda, que tem o dever de administrar-lhe a vida cotidiana, levando-o à escola, ao médico, e às atividades

¹²DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 442.

¹³BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002

¹⁴FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 596.

¹⁵COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, v. 5. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva, 2011. p. 117.

sociais, providenciando alimentação e vestuário. Ao outro, cabe conviver com o filho em períodos, de duração variada (algumas horas ou dias), previamente estabelecidos de comum acordo como titular da guarda. Nessas oportunidades, chamadas legalmente de visitas, o ascendente que não tem a guarda pega o filho em casa, leva-o a passeios ou eventos familiares, tem-no em sua convivência, e o devolve no horário aprazado.”

Porém, embora não seja dada a preferência legal a esta modalidade de guarda, é a guarda unilateral a mais comum e difundida no Brasil, pois na grande maioria das dissoluções de união, no momento do rompimento da vida em comum, o filho permanece residindo com apenas um dos pais, que passa a deter a guarda de forma unilateral e exclusiva.¹⁶

Destaca ainda o Código Civil, em seu artigo 1584, § 1º, que na audiência da dissolução da união, deverá o juiz informar aos pais a importância da guarda compartilhada, podendo, no caso de um só dos pais não concordar, ser decretada de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

Em não havendo possibilidade para a aplicação da guarda compartilhada, a guarda exclusiva e unilateral será atribuída motivadamente ao genitor que revele melhores condições de exercê-la e, desde que tenha aptidão para propiciar ao filho todas as suas necessidades, especialmente em relação à saúde, segurança, educação e afeto.¹⁷

Embora haja possibilidade de ser imposta a guarda compartilhada de ofício pelo magistrado, na prática, dificilmente este fará a imposição deste modelo de guarda, quando verificado o mau relacionamento do casal, que coloca a integridade dos filhos em risco, pois para esse modelo de guarda é imprescindível o bom entendimento entre os genitores.¹⁸

Quanto as características e benefícios da guarda compartilhada, importante consignar o entendimento de Fábio Ulhoa Coelho¹⁹:

Na guarda compartilhada (ou conjunta), os dois pais continuam a titularizá-la, mesmo após o desfazimento da sociedade conjugal.

¹⁶FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 598

¹⁷DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 446.

¹⁸FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 596.

¹⁹COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, v. 5. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva, 2011, p. 118.

Nesta alternativa, o filho tem duas residências, uma com o pai, outra com a mãe. Nenhum deles tem, propriamente, direito de visitas, mas, para o bem-estar do menor, é indispensável que seja combinado, de antemão, os momentos de convivência com cada um dos ascendentes. Quanto maior a criança ou adolescente, mais apropriada se mostra essa espécie de guarda. Sua eficiência, contudo, depende de elevado grau de cooperação entre os pais divorciados, de sua maturidade em colocar os interesses do filho acima dos deles.

Inegáveis são as vantagens da guarda compartilhada, principalmente no tocante a repercussão psicológica para os filhos, comparando-a as demais formas, uma vez que não existe a exclusividade típica da guarda unilateral. Não há, nesta modalidade, exclusividade no exercício da guarda, pois ambos os genitores são responsáveis pela condução da vida dos filhos.²⁰

Nesta modalidade de guarda, o filho fica livre para transitar entre as residências dos genitores, significando para o menor, a possibilidade de ter dupla residência, portanto, não havendo a necessidade de regulamentação do direito de visitas. Há todavia, quando necessário, a fixação de alimentos.²¹

Maria Berenice Dias²², acrescenta que:

Compartilhar a guarda de um filho se refere muito mais à garantia de que ele terá pais igualmente engajados no atendimento aos deveres inerentes ao poder familiar, bem como aos direitos que tal poder lhes confere.

Apesar de não existir regulamentação no Código Civil, existem ainda outras modalidades de guarda que são exercidas na prática e reconhecidas pela doutrina e jurisprudência, como é o caso da guarda alternada e nidação ou aninhamento.

Sobre o tema, destacam-se as lições de Rodolfo Pamplona Filho e Gagliano Pablo Stolze:

Guarda alternada – Modalidade comumente confundida com a compartilhada, mas que tem características próprias. Quando fixada, o pai e a mãe revezam períodos exclusivos de guarda, cabendo ao outro direito de visitas. [...] Note-se que há uma alternância na exclusividade da guarda, e o tempo de seu exercício dependerá da

²⁰FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil** – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 600.

²¹DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p.445

²²DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 445.

decisão judicial. Não é uma boa modalidade, na prática, sob o prisma do interesse dos filhos.

Nidação ou aninhamento – espécie pouco comum em nossa jurisprudência, mas ocorrente em países europeus. Para evitar que a criança fique indo de uma casa para outra [...], ela permanece no mesmo domicílio em que vivia o casal, enquanto casados, e os pais se revezam na companhia da mesma.²³

Tais modalidades de guarda não são difundidas no Brasil, mesmo porque não consolidada na legislação, tendo apenas cunho doutrinário a sua classificação, porém, são reconhecidas pela jurisprudência.

Após breve explanação quanto a conceituação de guarda e suas modalidades, faz-se necessário destacar a sua finalidade e características para melhor compreensão do tema proposto.

1.2 Finalidade e características da guarda

A guarda terá sempre como finalidade principal a de proteger a criança ou adolescente, como ser ainda em desenvolvimento, que deve ser vigiado e cuidado.

Maria Manoela Rocha de Quintas²⁴ ao se referir a real finalidade da guarda, esclarece que “guarda nos traz a ideia de proteger, manter seguro, entre seus sinônimos encontra-se vigilância, cuidado, defesa e criação. Portanto, através da guarda, compete aos pais vigiar, defender, cuidar, proteger e dirigir a vida de seus filhos”.

Portanto, cabe ao pai, detentor da guarda, dirigir a vida do filho, proporcionando a educação e formação moral do menor, conforme se extrai do artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente²⁵, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, a seguir transcrito:

Art. 33. A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

²³FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 599.

²⁴QUINTAS, Maria Manoela Rocha de Albuquerque. **Guarda Compartilhada: de acordo com a lei nº. 11.698/08**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 20.

²⁵BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

§1º. A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

§2º. Excepcionalmente, deferir-se-á guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situação peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

§3º. A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

Assim, a guarda obriga aos detentores a necessidade de garantir ao menor meios materiais e morais de garantir o desenvolvimento da criança, pois segundo Maria Helena Diniz²⁶: “a guarda destinar-se-á à prestação de assistência material, moral e educacional ao menor, sob pena de incorrer no art. 249, dando ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, regularizando assim a posse de fato”. Oportuno ressaltar que o diploma legal do qual se faz referencia ao artigo 249 é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desta forma, qualquer pessoa que detenha a posse de fato da criança ou adolescente, poderá requerer a sua guarda em juízo, podendo inclusive se opor a terceiros e aos próprios pais, se necessário for.

A guarda, todavia, poderá ser retirada do genitor que a possuir a qualquer momento, comprovado que é penitenciosa ao menor, conforme acentua Fábio Ulhoa Coelho²⁷:

O cônjuge que ficar com a guarda, unilateral ou compartilhadamente, poderá perde-la, a qualquer momento, se comprovado que a convivência é penitenciosa à formação do menor. Por essa mesma razão, o juiz pode transformar a guarda conjunta em individual, deferindo-a, por óbvio, ao outro cônjuge. Não é motivo para perda da guarda o novo casamento do pai ou da mãe que o titula.

Faz-se oportuno destacar, porém, que o simples fato do genitor detentor da guarda contrair novas núpcias ou conviver em regime de união estável, por si só, não é fator ensejador para alterar a guarda, pois o novo casamento não é motivo

²⁶DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v. 5 – Direito de Família. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p 577.

²⁷COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, v. 5. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva, 2011. p. 118.

ensejador da alteração da guarda, salvo se o menor não estiver recebendo o tratamento adequado.²⁸

Acrescenta Adalgisa Wiedemann Chaves²⁹ ainda que, segundo o entendimento dos Tribunais Brasileiros, deverão ser evitadas mudanças sequenciais de guarda, as quais acarretam no desgaste e na instabilidade emocional do menor, acrescentando que:

É bom que se lembre que os Tribunais Pátrios tem entendido que, em havendo idênticas condições entre os genitores, é de ser mantida a situação fática consolidada. Ou seja, se os filhos estão na guarda de um genitor, não basta o outro desejar a alteração, pois não havendo nada que desaconselhe a manutenção destes na situação verificada, não há razão alguma para se deferir a alteração. A modificação de guarda, lembre-se, somente ocorre em estrito atendimento aos interesses dos menores.

Assim, para ser requerida a alteração de guarda pelo genitor não detentor ou até mesmo por terceiros, deverão ser comprovados os motivos ensejadores da alteração, sempre com o intuito de preservar os interesses do menor.

2. DA ALIENAÇÃO PARENTAL

2.1 O que é a síndrome de alienação parental?

Considerada distúrbio psicológico infantil, a síndrome da alienação parental ocorre quando um dos genitores ou quem detenha a guarda manipula o menor para que repudie o genitor não detentor da guarda.

A síndrome da alienação parental foi delineada pelo professor do Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Columbia, em Nova York, Richard Gardner, sendo considerada pelo psiquiatra como um distúrbio infantil que se desenvolve principalmente no decorrer da separação dos genitores e do processo de guarda³⁰.

²⁸RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**: v. 6. 27.ed.rev.atual. por Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 276.

²⁹CHAVES, Adalgisa Wiedemann. **A guarda dos filhos na separação**. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=455>>. Acesso em: 01 mai 2012.

³⁰FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 603.

Segundo Richard Gardner *apud* Rodolfo Pamplona Filho e Pablo Stolze Gagliano³¹:

A Síndrome da Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase que exclusivamente no contexto de disputas de custódia de criança. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificção. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligencia parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim explicação da Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável.

Considerado, portanto, como um distúrbio infantil que atinge principalmente crianças de até 6 anos de idade, é caracterizado quando um dos pais ou até mesmo um terceiro, manipula o filho a pronto de fazê-lo crer que vivenciou algo que nunca ocorreu de fato.³²

Quase sempre existente diante das disputas paternas referentes a guarda, a alienação parental é definida e conceituada no artigo 2º da Lei nº 12.318/2010³³:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Na prática da alienação parental, a criança ou adolescente é programada para renegar, afastar e odiar o genitor, resultando em sofrimento tanto para a vítima, quanto ao genitor alienado.³⁴

³¹FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 603.

³²COSTA, Surany Martins Costa. **Alienação Parental: O “Jogo Patológico” que Gera o Sepultamento Afetivo em Função do Exercício Abusivo da Guarda**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre; Belo Horizonte: IBDFAM, jun-julho,2010, p. 63.

³³BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

A alienação parental, portanto, é a interferência psicológica realizada por um dos genitores, ou algum parente próximo que detenha a guarda, para que o menor repudie seu genitor, a ponto de não querer estar em sua companhia, ferindo direito fundamental da vítima/filho de convivência com o genitor não guardião.

2.2 Caracterização da Síndrome da Alienação Parental

Normalmente, os atos de alienação parental ocorrem quando a guarda é fixada de forma unilateral, e um dos cônjuges, via de regra, o guardião, marca um verdadeiro fosso de afastamento e frieza entre o filho e o seu outro genitor.³⁵

A própria lei nº 12.318/2012³⁶ que dispõe sobre alienação parental, exemplifica condutas que podem caracterizar a síndrome, não esgotando, é claro, outras possibilidades que poderão ser reconhecidas pelo juiz em cada caso específico, através da realização de perícia, conforme o texto do parágrafo único do artigo 2º que assim preceitua:

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

³⁴MAZZONI, Henata Mariana de Oliveira; MARTA, Taís Nader. **Síndrome da Alienação Parental**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte, IBDFAM, abril-maio 2011, p. 41

³⁵FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 604.

³⁶BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka e Gustavo Ferraz de Campos Monaco³⁷, citando Priscila Maria Pereira da Fonseca, elencam situações que identificam a prática de alienação por um dos genitores, conforme se destaca:

Tendo em vista o casuísmo das situações que levam à identificação da síndrome de alienação parental, a melhor forma de reconhecê-las encontra-se no padrão de conduta do genitor alienante, o qual se mostra caracterizado quando este, dentre outras atitudes: a) denigre a imagem da pessoa do outro genitor; b) organiza diversas atividades para o dia de visitas, de modo a torná-las desinteressantes ou mesmo inibi-las; c) não comunica ao outro genitor fatos importantes relacionados à vida dos filhos (rendimento escolar, agendamento de consultas médicas, ocorrência de doenças, etc.) d) toma decisões importantes sobre a vida dos filhos, sem prévia consulta ao outro cônjuge (por exemplo: escolha ou mudança de escola, de pediatra, etc.); e) viaja e deixa os filhos com terceiros sem comunicar o outro genitor; f) apresenta o novo companheiro à criança como sendo seu novo pai ou mãe; g) faz comentários desairosos sobre presentes ou roupas compradas pelo outro genitor ou mesmo sobre o gênero do lazer que ele oferece ao filho; h) critica a competência profissional e a situação financeira do ex-cônjuge; i) obriga a criança a optar entre a mãe ou o pai, ameaçando-a das consequências, caso a escolha recaia sobre o outro genitor; j) transmite seu desagrado diante da manifestação de contentamento externada pela criança em estar com o outro genitor; k) controla excessivamente os horários de visita; l) recorda à criança, com insistência, motivos ou fatos ocorridos pelos quais deverá ficar aborrecida com o outro genitor; m) transforma a criança em espiã da vida do ex-cônjuge; n) sugere à criança que o outro genitor é pessoa perigosa; o) emite falsas imputações de abuso sexual, uso de drogas e álcool; p) dá em dobro ou triplo o número de presentes que a criança recebe do outro genitor; q) quebra, esconde ou cuida mal dos presentes que o genitor alienado dá ao filho; r) não autoriza que a criança leve para a casa do genitor alienado os brinquedos e as roupas de que mais gosta; s) ignora, em encontros casuais, quando junto com o filho, a presença do outro progenitor, levando a criança a também desconhecê-la; t) não permite que a criança esteja com o progenitor alienado em ocasiões outras que não aquelas prévia e expressamente estipuladas.

³⁷HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Síndrome de Alienação Parental**. Disponível em < <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=589>>. Acesso em: 25 maio 2012.

Além destas hipóteses, a implementação de falsas memórias por um dos genitores, é também uma das formas de alienação parental, ocasionada especialmente pelo genitor que, inconformado com separação, torna os filhos vítimas de interferência psicológica, utilizando-os como instrumento para atingir o(a) ex-companheiro(a).

Acerca da matéria, Maria Berenice Dias³⁸, destaca que:

Muitas vezes, quando da ruptura da vida conjugal, se um dos cônjuges não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, o sentimento de rejeição ou a raiva pela traição, surge um desejo de vingança que desencadearia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-parceiro. Nada mais do que uma “lavagem cerebral” feita pelo guardião, de modo a comprometer a imagem do outro genitor, narrando maliciosamente fatos que não ocorreram ou não aconteceram conforme a descrição do alienador. Assim, o infante passa aos poucos a se convencer da versão que lhe foi implantada, gerando a nítida sensação de que essas lembranças aconteceram.

Portanto, através da implantação de falsas memórias, o filho é afastado do genitor alienado, de forma que passa a aceitar tudo o que é informado pelo genitor alienante como verdadeiro.

Arnold Wald e Priscila M. P. Fonseca³⁹, destacam que:

O ex-consorte – geralmente o detentor da custódia - , que intenta afastar o filho com o outro genitor, promove aquilo que se denomina alienação parental. Essa situação pode dar ensejo ao aparecimento de uma síndrome, a qual resulta na conjugação de técnicas e/ou processos que consciente ou inconscientemente são utilizados pelo detentor da custódia para afastar a criança do genitor não titular da guarda.

As afirmações feitas pelo genitor alienante poderão ser até mesmo de abuso sexual contra o alienado, onde, segundo Maria Berenice Dias⁴⁰: “o filho é convencido da existência de determinados fatos e levado a repetir o que lhe é afirmado como tendo realmente acontecido”, gerando as mais delicadas situações de constrangimento e exposição, quando tais notícias são levadas ao Poder Judiciário.

³⁸DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 463.

³⁹WALD, Arnold; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Direito Civil – Direito de Família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 254.

⁴⁰DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 463.

2.3 Perfil do genitor alienador

Os genitores, quando covardemente utilizam os filhos contra seus ex-companheiros, esquecem que tais atitudes causam infundáveis problemas de ordem psicológicos e emocionais ao filho menor, que nada mais é do que uma vítima das circunstâncias e de pais despreparados para lidar com as adversidades da vida.

Lecionam ainda Arnold Wald e Priscila M. P. Fonseca⁴¹, acerca do comportamento do genitor alienador que:

Esquecem-se os genitores que a criança, desde o nascimento, tem direito ao afeto, à assistência moral e material e a educação. [...] Essa síndrome pode perdurar por anos seguidos – com gravíssimas consequências de ordem comportamental e psíquica – e, por isso, é considerada, do ponto de vista médico, relativamente à criança, como uma forma de abuso emocional.

Ignorando completamente o direito da criança em crescer em um ambiente familiar saudável, o genitor que não tem a consciência de que a separação poderá causar consequências graves à criança, pratica atos de modo a impedir que o outro possa conviver com o filho.

Como características principais da personalidade do alienador, destacam Henata Mariana de Oliveira Mazzoni e Taís Nader Marta⁴² as seguintes lições:

Como características marcantes da personalidade de um alienador, podemos destacar: pais ansiosos, egocêntricos, agressivos, instáveis, controladores, apresentando em muitos casos personalidade perversa. Tais características sintomáticas podem permanecer controladas em grande parte da vida, vindo a eclodir com a separação. A própria perversão em muitos momentos vem dissimulada em pequenas atuações passando despercebida durante a união conjugal.

Além das características acima destacadas, em casos mais graves, o genitor alienador poderá apresentar personalidade psicopática, sentindo-se vitorioso mesmo diante do sofrimento do filho, ignorando completamente os interesses da criança, por

⁴¹WALD, Arnold; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Direito Civil – Direito de Família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 254.

⁴²MAZZONI, Henata Mariana de Oliveira; MARTA, Taís Nader. **Síndrome da Alienação Parental**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte, IBDFAM, abril-maio 2011. p. 42-43.

simples sentimento de vingança contra o genitor alienado. Apresentam, ainda, frieza emocional quando relatam situações que deveriam causar sofrimento, como se não os tocasse o sofrimento experimentado pelo filho.⁴³

Ainda quanto as características psicológicas do alienador, importante consignar entendimento de Jorge Trindade, citado por Maria Berenice Dias⁴⁴:

As características do alienador são identificadas como dependência, baixa autoestima, condutas de não respeitar as regras, hábito contumaz de atacar decisões judiciais, litigância como forma de manter aceso o conflito familiar e de negar a perda, sedução ou manipulação, dominância e imposição, queixumes, histórias de desamparo ou, ao contrário, de vitórias afetivas, resistência a ser avaliado, resistência, recusa ou falso interesse pelo tratamento.

Portanto, o genitor alienador normalmente apresenta ansiedade, baixa auto estima, comportamento dependente, inconformismo com o término do relacionamento, entre outras características, conforme acima delineado.

2.4 Penalidades aplicadas ao alienador de acordo com a Lei nº 12.318/2010

Embora já reconhecida a alienação parental pela jurisprudência pátria, com a promulgação da Lei 12.318/2010, foram implementadas medidas mais amplas e rigorosas, com o objetivo de combater a alienação parental, dada a sua grande incidência nos termos dos relacionamentos.

Constatada a prática de qualquer conduta que prejudique a convivência com um dos genitores, deverá o magistrado aplicar medidas que permitam a reaproximação com o genitor, podendo ordenar, cumulativamente ou não, as medidas previstas no artigo 6º da Lei de Alienação Parental⁴⁵, o qual se transcreve:

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de

⁴³MAZZONI, Henata Mariana de Oliveira; MARTA, Taís Nader. **Síndrome da Alienação Parental**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte, IBDFAM, abril-maio 2011. p. 43.

⁴⁴TRINDADE, Jorge. **Síndrome da alienação parental**. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). Incesto e alienação parental: realidades que a Justiça insiste em não ver. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 103.

⁴⁵BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Importante destacar aqui que a multa prevista no inciso III, a ser estabelecida pelo juiz, tem como objetivo, impor uma punição de cunho econômico em desfavor do genitor alienante, em face da prática do ato de alienação, para que o mesmo deixe de realizar esse comportamento⁴⁶.

Portanto, verifica-se que foram estabelecidas como forma de punição desde medidas mais brandas, como a advertência, como medidas mais graves, podendo ensejar, inclusive, a suspensão do poder familiar.

2.5. A possibilidade ou não da inversão da guarda tendo como causa exclusiva a alienação parental.

⁴⁶FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011. p.609.

Além das formas mais brandas para punir o genitor alienador, estabelecidas no artigo 6º transcrito no item anterior, a Lei da Alienação Parental estabelece punições mais severas, como a alteração da guarda ou suspensão do poder familiar.

A alienação parental, porém, segundo Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira⁴⁷ ainda não é considerada uma patologia, sendo difícil a sua caracterização, acrescentando que:

Os meios mais severos de punições disponíveis pelo Judiciário seriam a alteração da guarda ou até mesmo a suspensão da autoridade parental. Importa salientar que a Síndrome de Alienação Parental (SPA), como consequência patológica do fenômeno da alienação, não se encontra ainda descrita no DSM-IV4 (Manual de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais), o que poderá entrar o processo, podendo ser alegado pela outra parte não se constituir um caso patológico e tentar afastar a incidência das sanções.

No mesmo sentido, esclarece Analicia Martins de Souza e Leila Maria Torraca de Brito⁴⁸:

No entanto, o assunto tem sido objeto de discussão, uma vez que a nomeada síndrome não possui reconhecimento oficial, ou seja, não consta na atual versão do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), publicada em 1994.

Cabe esclarecer que o DSM é um sistema de classificação de doenças e distúrbios, que apresenta principalmente sintomas mentais e comportamentais sem se ater a etiologia destes, por vezes desconhecida. Os diagnósticos são feitos essencialmente por meio da identificação e descrição de comportamentos, produções mentais e traços de personalidade, dentre outros aspectos.

Quanto ao fato da SAP não estar incluída no DSM-IV, Gardner (2002a) argumentava que, apesar de muitos não a reconhecerem como uma síndrome, considerando-a apenas como uma teoria, não significava que a mesma não existisse.

Todavia, o fato de não ser considerada uma doença grave ou perturbação mental para a medicina, não quer dizer que não se pode aplicar as medidas de proteção à criança. Assim, havendo a ocorrência dos atos de alienação, deve-se

⁴⁷SIQUEIRA, Paulo Alexandre Rodrigues de. **Comentários à lei n° 12.318/2010 (Lei da alienação parental)**. Revista Jurídica do MPE-TO / Ano 4 N° 7 2º semestre de 2011.

⁴⁸BRITO, Leila Maria Torraca de; SOUSA, Analicia Martins de. **Algumas Questões Para o Debate Sobre a Síndrome da Alienação Parental**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre; Belo Horizonte: IBDFAM, jun-julho,2010. p. 45.

punir o alienador, podendo o juiz, neste caso, determinar a inversão da guarda em favor do genitor alienado, pois a permanência da criança sob o convívio do alienador, pode afetar o seu desenvolvimento sadio.

Esclarece, neste sentido Maria Berenice Dias⁴⁹:

Flagrada a presença da alienação parental, mister a responsabilização do alienador, pois este tipo de comportamento é uma forma de abuso que enseja a reversão da guarda ou à destituição do poder familiar. Trata-se de postura que põe em risco a saúde emocional do filho, porquanto ocasiona severa crise de deslealdade e enorme sentimento de culpa, o que certamente irá afetar seu sadio desenvolvimento mental.

Oportuno consignar, também, que a Lei 12.318/2010 traz, em seu artigo 7º, a possibilidade de ser alterada a guarda, concedendo ao genitor que viabilize a efetiva convivência da criança ou adolescente com o genitor:

Art. 7º. A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.

Não há dúvidas, portanto, que a lei privilegia a aplicação da guarda compartilhada quando restar caracterizado que o filho vem sendo vítima da alienação parental, e, apenas quando inviável a aplicação desta, poderá ser revertida em guarda unilateral, devendo o menor ficar aos cuidados de quem privilegie a convivência com o outro genitor.

Seguindo este entendimento, relata Mônica Morgan Veronezi:

Mesmo a guarda compartilhada sendo incentivada pela Lei de Alienação Parental, ela pode, caso seja necessário, ser revertida à guarda unilateral, conforme dispõe o inciso V do artigo 6º da nova lei, no entanto parte-se da premissa, que aguarda compartilhada deve ser a primeira opção, ou seja, sempre que possível, deve-se realizar a conversão da unilateral para a compartilhada a fim de diminuir ou cessar os efeitos da alienação parental⁵⁰.

Assim, ocorrerá a inversão ou regularização de guarda unilateral, visando diminuir ou cessar os efeitos da alienação parental.

⁴⁹DIAS, Maria Berenice. **Alienação Parental e a perda do poder familiar**. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/>>. Acesso em: 25 mai 2012.

⁵⁰VERONEZI, Mônica Morgan. **NORMATIZAÇÃO DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL – LEI 12.318/2010**. Monografia UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC, criciúma, março, 2011, disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/>>. Acesso em: 25 mai 2012

Logo, nos casos em que for diagnosticada a alienação parental, é indispensável que haja a punição e responsabilização do alienador que age desta forma, devendo sentir que há o risco de perda de guarda, pois utiliza o filho com finalidade vingativa, comprometendo o desenvolvimento sadio e equilíbrio emocional do filho.⁵¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico buscou de forma breve traçar um panorama jurídico e doutrinário acerca da possibilidade da perda da guarda como penalidade pela prática de alienação parental.

Destacou-se na presente pesquisa, em um primeiro momento, a conceituação de guarda, finalidade e suas modalidades, traçando um panorama quanto a guarda unilateral e a compartilhada.

Da mesma forma, suscitou-se que a Alienação parental é um distúrbio psicológico, onde quem detém a guarda do menor implanta falsas memórias ou dificulta a convivência com o genitor alienado, destacando as características, perfil do alienador e as penalidades previstas em lei.

Constatada a prática de qualquer conduta que prejudique a convivência com um dos genitores, deverá o magistrado aplicar medidas que permitam a reaproximação com o genitor, podendo inclusive determinar a inversão da guarda em favor do genitor alienado, pois a permanência da criança sob o convívio do alienador, pode afetar o seu desenvolvimento sadio.

Ampla e com grande repercussão, o tema abordado na presente pesquisa serviu de grande aprendizado pessoal para a acadêmica, porém, não teve como intuito esgotar toda a matéria, sendo ainda, alvo de discussões futuras tanto no âmbito doutrinário, quanto na jurisprudência pátria.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002

⁵¹MAZZONI, Henata Mariana de Oliveira; MARTA, Taís Nader. **Síndrome da Alienação Parental**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte, IBDFAM, abril-maio 2011, p. 49

REBELO, Daniela Drey; CONCEIÇÃO, Geovana da. A alienação parental como causa para a perda da guarda. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 3, n.4, p. 921-942, 4º Trimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRITO, Leila Maria Torraca de; SOUSA, Analicia Martins de. **Algumas Questões Para o Debate Sobre a Síndrome da Alienação Parental**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre; Belo Horizonte: IBDFAM, jun-julho,2010. p. 45.

CHAVES, Adalgisa Wiedemann. **A guarda dos filhos na separação**. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=455>> Acesso em 01 maio 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, v. 5. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva, 2011.

COSTA, Surany Martins Costa. **Alienação Parental: O “Jogo Patológico” que Gera o Sepultamento Afetivo em Função do Exercício Abusivo da Guarda**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre; Belo Horizonte: IBDFAM, jun-julho,2010.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito Das Famílias**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v. 5 – Direito de Família. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v. 5 – Direito de Família. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil – V. VI: As Famílias em Perspectiva Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Síndrome de Alienação Parental**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=589>>. Acesso em 25 maio 2012.

MAZZONI, Henata Mariana de Oliveira; MARTA, Taís Nader. **Síndrome da Alienação Parental**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões. Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte, IBDFAM, abril-maio 2011.

QUINTAS, Maria Manoela Rocha de Albuquerque. **Guarda Compartilhada: de acordo com a lei nº. 11.698\08**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PASOLD, C. L. **Prática da Pesquisa Jurídica – idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito**. 9ª ed. Florianópolis: OAB/SC, 2005.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**: v. 6. 27.ed.rev.atual. por Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2002.

REBELO, Daniela Drey; CONCEIÇÃO, Geovana da. A alienação parental como causa para a perda da guarda. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 3, n.4, p. 921-942, 4º Trimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044

SILVA, Ana Maria Milano. **Guarda compartilhada**. 2 Ed. São Paulo: Editora de Direito, 2006.

SIQUEIRA, Paulo Alexandre Rodrigues de. **Comentários à lei nº 12.318/2010 (Lei da alienação parental)**. Revista Jurídica do MPE-TO / Ano 4 Nº 7 2º semestre de 2011.

TRINDADE, Jorge. **Síndrome da alienação parental**. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). Incesto e alienação parental: realidades que a Justiça insiste em não ver. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

VERONEZI, Mônica Morgan. **NORMATIZAÇÃO DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL – LEI 12.318/2010**. Monografia UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC, criciúma, março, 2011, disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00004E/00004E84.pdf>>

WALD, Arnold; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Direito Civil – Direito de Família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 254.